assinaturadigital
IMPRENSA OFICIAL
A CODERP garante a autenticidade deste documento quando visualizado nos sites:
www.ribeiraopreto.sp.gov.br
www.coderp.com.br

Diário Oficial

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

ANO 46 - Nº 10.453 | Quarta-feira, 23 de Maio de 2018 | www.ribeiraopreto.sp.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Fazenda

Secretaria Municipal da Fazenda

PORTARIA SMF Nº 004

DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e na forma da legislação vigente, pela presente Portaria,

Autoriza:

A direção de veículos automotores de propriedade da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto pelo funcionário abaixo relacionado, lotado nesta Secretaria Municipal da Fazenda na Divisão de Cadastro Imobiliário:

Funcionário	CNH	Categoria
Alexandre Araújo de Paula Freitas	03040834425	AB

CUMPRA-SE

Ribeirão Preto, 21 de maio de 2018

MANOEL DE JESUS GONÇALVES

Secretário Municipal da Fazenda

UE 02.05.10

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Daerp

Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

PORTARIA Nº 083

DE 22 DE MAIO DE 2018

AFONSO REIS DUARTE, Diretor Superintendente do DAERP - Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal e Regime Interno,

Pela presente, nomeia a partir de 22 de maio de 2018, o Sr. **LOURENÇO PORFIRIO BELUTTI JUNIOR**, R.G. nº 18.197.835-0, para exercer o cargo de comissão sem vínculo, na função de confiança de Assessor Jurídico, símbolo C, deste Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto.

CUMPRA-SE

AFONSO REIS DUARTE

Diretor Superintendente

DA-POR

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Administração

Secretaria Municipal da Administração

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO PROCESSO DE COMPRAS Nº 0562/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
Contratada: Wilson Rogério Nicolucci Sertãozinho-ME.
Objeto: Construção de rede de distribuição primária e secundária, com iluminação pública na Rodovia Alexandre Balbo, s/nº, Distrito Empresarial - 3ª Etapa.
Prazo: Prorroga-se por mais 30 dias.
Suporte Financeiro: Correrá à conta da dotação orçamentária nº 02.14.20.15.451.10116.1.0175.4.4.90.51.07.100.0147 - Reduzida 759.

EXTRATO

Contratante: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
Contratada: Autem Engenharia Ltda.
Processo de Compras Nº: 0240/2018.
Objeto: Recapeamento asfáltico com C.B.U.Q. para recuperação de vias públicas do município de Ribeirão Preto/SP.
Valor: R$ 5.988.000,00.
Prazo: 150 dias.
Recurso - Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária: 02.11.00 - Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Unidade Executora: 02.11.30 - Departamento de Serviços e Manutenção de Próprios Públicos.
Reserva: 1659.
Ficha (Dotação): 584/2018.
Natureza da Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações.
Vínculo: 01.110.0000 - Geral.
Classificação Funcional: 15.451.10114.2.0058 - Recapeamento Asfáltico.

EXTRATO

Contratante: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
Contratada: Autem Engenharia Ltda.
Processo de Compras Nº: 0250/2018.
Objeto: Recapeamento asfáltico com C.B.U.Q. para recuperação de vias públicas do município de Ribeirão Preto/SP.
Valor: R$ 2.239.374,57.
Prazo: 60 dias.
Recurso - Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária: 02.11.00 - Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Unidade Executora: 02.11.30 - Departamento de Serviços e Manutenção de Próprios Públicos.
Reserva: 1013.
Ficha (Dotação): 586/2018.
Natureza da Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações.
Vínculo: 07.100.127 - Desenvolve SP - Recapeamento Asfáltico.
Classificação Funcional: 15.451.10114.2.0058 - Recapeamento Asfáltico.

CLARA LUCI MARTIMBIANCO SIQUEIRA DE ARAÚJO

Diretora do Departamento da Administração Geral

UE 02.06.20

AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Tomada de Preços nº 007/2018 Processo de Compra nº 0393/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma do Parque ao redor do Aquifero Guarani, conforme descrito em Edital e seus anexos.

A Comissão Municipal de Licitação, torna público e para conhecimento do licitante participante da Tomada de Preços em epígrafe, que examinada a proposta apresentada, chegou ao seguinte julgamento:

Licitante Vencedor:

CEDRO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-EPP., CNPJ nº 44.209.567/0001-48, situada à Rua Dr. João Gomes Rocha, nº 69, em Ribeirão Preto-SP, no valor global de R$ 210.619,78 (duzentos e dez mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018

JOSELITO CAMPOS DA SILVA

Presidente da Comissão Municipal de Licitação

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
Concorrência nº 007/2018
Processo de Compra nº 305/2018

Objeto: Contratação de empresa para construção de jazigos no Cemitério Bom Pastor, conforme Edital e seus anexos.
A Comissão Municipal de Licitação, torna público e para conhecimento das licitantes participantes da Concorrência em epígrafe, que examinada a documentação apresentada, chegou ao seguinte julgamento:
Licitantes habilitadas:
CEDRO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-EPP.
CONSTRUTORA AUMARIS LTDA-EPP.
ELEMENTU ENGENHARIA E INTEGRAÇÃO LTDA.
NASCIMBEM CONSTRUÇÕES EIRELI.
WIEZEL & SILVA ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA-ME.
Licitantes inabilitadas:
FABIOLA DE JESUS CHEMELLO-EPP., por descumprir o subitem 3.4.1. do edital (deixou de atender comprovação de registro dos profissionais e da empresa, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU).
FANOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI-EPP., por descumprir o subitem 3.4.2 do edital (deixou de atender o índice de alvenaria de Bloco Estrutural).
PAJOLLA ENGENHARIA LTDA., por descumprir o subitem 3.4.2 do edital (deixou de atender o índice de alvenaria de Bloco Estrutural).
Em conformidade com o Artigo 109, (Inciso I, alínea "a") da Lei nº 8.666/93, a Comissão concede, após esta publicação, o prazo para interposição de recursos, ficando a abertura dos **envelopes de nº 02** marcada para o **dia 04/06/2018 às 14:30 horas**, na sala de Licitações. Em havendo recursos, a data designada para o prosseguimento do certame ficará automaticamente sem efeito.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
JOSELITO CAMPOS DA SILVA
Presidente da Comissão Municipal de Licitação

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0024/2018
Processo de Compra nº 0059/2018

Objeto: Aquisiçao de bebê conforto e cadeirote para atender as necessidades das escolas municipais de educação infantil de Ribeirão Preto, conforme descrito em Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal da Educação.
Angelo Roberto Pessini Junior, Secretário Municipal da Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Senhora Pregoeira no bojo do certame licitatório, conforme especificado no Edital de Adjudicação.

Ribeirão Preto, 18 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0024/2018
Processo de Compra nº 0059/2018

Objeto: Aquisiçao de bebê conforto e cadeirote para atender as necessidades das escolas municipais de educação infantil de Ribeirão Preto, conforme descrito em Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal da Educação.
Angelo Roberto Pessini Junior, Secretário Municipal da Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, ADJUDICA, ao licitante abaixo o objeto constante no bojo do certame licitatório, conforme especificado:

LOTE	ITEM	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO LOTE
1	1	151,0000	STYLL	156,1200	23.574,12
VALOR EMPRESA					**R$ 23.574,12**
FELIPE MATHIAS DE MORAIS-EPP.					
LOTE	**ITEM**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**TOTAL DO LOTE**
2	2	120,0000	VOYAGE NUTRI	161,4400	19.372,80
VALOR EMPRESA					**R$ 19.372,80**
RF TEIXEIRA EIRELI-ME.					

Ribeirão Preto, 18 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0027/2018
Processo de Compra nº 0065/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de limpeza técnica especializada, para o prédio do SAMU e UPA 13 de Maio, conforme Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal da Saúde.
Katlyn Beordo de Lima, Pregoeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, ADJUDICA, ao licitante abaixo o objeto constante no bojo do certame licitatório, conforme especificado:

LOTE	ITEM	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO LOTE
1	1	1,0000	(SERVIÇO)	117.979,9200	117.979,92
VALOR EMPRESA					**R$ 117.979,92**
CAT - CENTRAL AMERICANA DE TREINAMENTOS, LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.					

Ribeirão Preto, 17 de maio de 2018
KATLYN BEORDO DE LIMA
Pregoeira

Diário Oficial
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP
www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Imprensa Oficial do Município de Ribeirão Preto
Lei nº 1.482 de 20/novembro/1964
Lei nº 2.591 de 10/janeiro/1972

ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Guatabi Bernardes Costa Bortolin
Diretora Superintendente Coderp

Antonio Augusto Sousa Silveira
Jornalista Responsável - MTb 19.077-SP

Carlos Cesar Pires de Sant'Anna
Gerente da Imprensa Oficial

Administração/ Editoração
Rua Saldanha Marinho, 834 - Centro
Cep 14010-060 - Ribeirão Preto - SP

Telefones
Coderp PABX (16) 3977-8300
Imprensa Oficial (16) 3977-8290

E-mail
imprensaoficial@coderp.com.br

Pesquisa Edições
www.coderp.com.br/J015/diario.xhtml

Índice sequencial

PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito
(Portarias, Ofícios, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos, Resoluções.)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Secretarias Municipais
(Portarias, Ofícios, Resoluções)
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Autarquias, Empresas Públicas, Fundações e Sociedade de Economia Mista.
(Portarias, Ofícios, Resoluções)
LICITAÇÕES E CONTRATOS
(Atos da Administração Direta e Indireta)
CONCURSOS PÚBLICOS
(Atos da Administração Direta e Indireta)
PODER LEGISLATIVO
(Atos Gerais)
INEDITORIAIS
(Diversos de terceiros)

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0027/2018
Processo de Compra nº 0065/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de limpeza técnica especializada, para o prédio do SAMU e UPA 13 de Maio, conforme Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal da Saúde.
Angelo Roberto Pessini Junior, Secretário Municipal da Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Senhora Pregoeira no bojo do certame licitatório, conforme especificado no Edital de Adjudicação.

Ribeirão Preto, 17 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0043/2018
Processo de Compra nº 0119/2018

Objeto: Registro de preços para aquisição de Gás P-13 e recipientes para atender aos diversos locais da Secretaria Municipal dE Assistência Social, conforme descrito no Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal de Assistência Social.
Paulo Augusto Saraiva, Pregoeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, ADJUDICA, ao licitante abaixo o objeto constante no bojo do certame licitatório, conforme especificado:

LOTE	ITEM	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO LOTE
1	1	100,0000	ULTRAGAZ	84,0000	8.400,00
2	2	5,0000	ULTRAGAZ	115,0000	575,00
3	3	5,0000	ULTRAGAZ	440,0000	2.200,00

VALOR EMPRESA **R$ 11.175,00**
SMART GÁS DISTRIBUIDORA LTDA.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
PAULO AUGUSTO SARAIVA
Pregoeiro

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0052/2018
Processo de Compra nº 0137/2018

Objeto: Aquisição de mobiliário para a nova sede do PROCON, conforme descrito em Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal de Assistência Social.
Angelo Roberto Pessini Junior, Secretário Municipal da Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pelo Senhor Pregoeiro no bojo do certame licitatório, conforme especificado no Edital de Adjudicação.

Ribeirão Preto, 18 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 0058/2018
Processo de Compras nº 0161/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de diversas marcas, compreendendo mecânica em geral, com fornecimento de peças novas, genuínas ou originais e serviços em geral, conforme Edital e seus anexos.
Valor Estimativo Anual: R$ 4.511.972,84 (quatro milhões, quinhentos e onze mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).
Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços deverão ser entregues às **09:00 hs do dia 11/06/2018**, na Secretaria Municipal da Administração, Departamento de Materiais e Licitações, sito na Via São Bento, s/nº, Jardim Mosteiro, Ribeirão Preto/SP, ocasião em que se dará a sessão de processamento do Pregão.
Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Materiais e Licitações - Divisão de Compras - Via São Bento, s/nº - Jardim Mosteiro, das 8h às 17h (a custo zero - gratuito); ou (na íntegra) através do site www.ribeiraopreto.sp.gov.br.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0113/2018
Processo de Compra nº 0307/2018

Objeto: Aquisição e instalação de carroceria para o caminhão prefixo 537 (CLU), conforme descrito em Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal da Administração.
Paulo Augusto Saraiva, Pregoeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, ADJUDICA, ao licitante abaixo o objeto constante no bojo do certame licitatório, conforme especificado:

ITEM	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
1	1,0000	MADEIRA SANTA ROSA-EPP	15.000,0000	15.000,00

VALOR EMPRESA **R$ 15.000,00**
FABRICA DE CARROCERIAS E ARTEFATOS DE MADEIRA SANTA ROSA LTDA-EPP.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
PAULO AUGUSTO SARAIVA
Pregoeiro

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0115/2018
Processo de Compra nº 0309/2018

Objeto: Registro de preços para aquisição de margarina e leite integral, conforme descrito em Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Angelo Roberto Pessini Junior, Secretário Municipal da Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Senhora Pregoeira.

Ribeirão Preto, 18 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

AVISO DE ALTERAÇÃO
Pregão Presencial nº 0117/2018
Processo de Compras nº 0311/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção do sistema de Ar Condicionado Central do Teatro Municipal, conforme Edital e seus anexos.
Angelo Roberto Pessini Junior, Secretário Municipal da Administração, no uso das atribuições que lhe são inerentes, **RETIFICA** o Edital da licitação e informa **NOVAS DATAS**:
Disponibiliza nos sites www.ribeiraopreto.sp.gov.br, a Secretaria da Administração, Departamento de Materiais e Licitações, Divisão de Compras, sito na Praça Alto do São Bento, s/nº, Jardim Mosteiro, Ribeirão Preto/SP, o **Edital de Retificação e Reabertura**.
Novas Datas
Credenciamento e Recebimento dos Envelopes: Às 09:00 hs do dia 07 de junho de 2018.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 0135/2018
Processo de Compras nº 0382/2018

LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 147/2014.
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem de jogos esportivos, conforme descrito em Edital e seus anexos.

Valor Estimativo Anual: R$ 119.050,00 (cento e dezenove mil e cinquenta reais).
Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços deverão ser entregues às **09:00 hs do dia 08/06/2018**, na Secretaria Municipal da Administração, Departamento de Materiais e Licitações, sito na Via São Bento, s/nº, Jardim Mosteiro, Ribeirão Preto/SP, ocasião em que se dará a sessão de processamento do Pregão.
Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Materiais e Licitações - Divisão de Compras - Via São Bento, s/nº - Jardim Mosteiro, das 8h às 17h (a custo zero - gratuito); ou (na íntegra) através do site www.ribeiraopreto.sp.gov.br.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 0168/2018
Processo de Compras nº 0479/2018

LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 147/2014.
Objeto: Contratação de empresa para apresentações culturais, conforme Edital e seus anexos.
Valor Estimativo Anual: R$ 24.850,01 (vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais e um centavo).
Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços deverão ser entregues às **14:30 hs do dia 07/06/2018**, na Secretaria Municipal da Administração, Departamento de Materiais e Licitações, sito na Via São Bento, s/nº, Jardim Mosteiro, Ribeirão Preto/SP, ocasião em que se dará a sessão de processamento do Pregão.
Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Materiais e Licitações - Divisão de Compras - Via São Bento, s/nº - Jardim Mosteiro, das 8h às 17h (a custo zero - gratuito); ou (na íntegra) através do site www.ribeiraopreto.sp.gov.br.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
ANGELO ROBERTO PESSINI JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 0448/2018

Ratificada a Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Artigo 25, Inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento de vale-transporte municipal, destinado aos usuários atendidos pela Casa de Passagem (Cetrem), pertencente à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Contratada: PRÓURBANO - CONSÓRCIO RIBEIRÃO PRETO DE TRANSPORTES.
Valor: R$ 19.750,00.
Prazo: 12 (doze) meses.
Dotação Orçamentária:
3.3.90.39.72.05.500.0022.08.244.10106.2.0021.
Processo nº: 0448/2018.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
CARLOS CEZAR BARBOSA
Secretário Municipal de Assistência Social

UE 02.06.30

Coderp
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto

JULGAMENTO DE RECURSO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018

Referência:
Eu, GUATABI BERNARDES COSTA BORTOLIN, Diretora Superintendente da CODERP, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, em especial o contido no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, analisando o recurso interposto pela empresa Dantek Comércio e Importação de Equipamentos para Microfilmagem, Ass. e Man. Ltda-EPP e as contrarrazões apresentadas pela licitante Navisystem Importação Ltda-EPP., acolho os fundamentos constantes no Parecer da Assessoria Jurídica para, constatando a regularidade dos atos praticados, convalidar a decisão tomada pela Sra. Pregoeira e NEGAR provimento ao Recurso Administrativo interposto nos autos do Pregão Presencial nº 005/2018.
Neste ato, ante os princípios da economia e celeridade, ADJUDICO o objeto do certame a licitante Navisystem Importação Ltda-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.395.059/0001-38, pelos os seguintes valores:

Item	Valor
01	R$ 58.800,00
02	R$ 23.000,00

Por fim, HOMOLOGO o presente certame.

Ribeirão Preto, 21 de maio de 2018
GUATABI BERNARDES COSTA BORTOLIN
Diretora Superintendente

Cód. 833

Daerp
Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 14/2018
Processo de Compra nº 04-2018/005947-8

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Locação de Guindastes Hidráulicos 30, 60 e 90 Toneladas, para substituição de Bombas Submersas em Poços Tubulares Profundos pertencentes ao Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP.
Afonso Reis Duarte, Diretor Superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, torna público a Homologação do Procedimento Licitatório que adjudicou o objeto, conforme abaixo relacionado:
COLOSSSO COMÉRCIO E SERVIÇO DE GUINDASTE LTDA-ME, com o CNPJ: 74.493.735/0001-30, e, sede à Rua Valentim João Moretti, nº 401, no Município de Ribeirão Preto - Estado de São Paulo, no lote:

LOTE	QUANT.	UNID.	OBJETO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	500	HS	GUINDASTE DE 90 TONELADAS - LANCA MÍNIMA DE 27 METROS	386,60	193.300,00
			VALOR TOTAL		**193.300,00**

LOTES 01 e 02: FRACASSADOS.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
AFONSO REIS DUARTE
Superintendente
DAERP

ERRATA
Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 17/2018
Processo de Compra nº 04-2018/006694-6

Objeto: Materiais Hidráulicos Diversos.
Conforme publicação do Edital de homologação, no Diário Oficial do Município em 17/05/2018,
Onde está escrito: lote 11 - item 29, valor total de R$ 567,40,
leia-se: no valor total de R$ 568,40.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
AFONSO REIS DUARTE
Superintendente
DAERP

DA-LIC

Fazenda
Secretaria Municipal da Fazenda

EDITAL Nº 009/2018
NOTIFICAÇÃO
INTIMAÇÃO FISCAL

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, através da Secretaria Municipal da Fazenda, faz publicar no presente Edital os Termos de Início de Ação Fiscal, relacionados abaixo, tendo em vista o contribuinte estar em local incerto e desconhecido, nos termos do art. 142, V da L.C. nº 2.415/70. Seu não

cumprimento acarretará as sanções legais cabíveis inclusive arbitramento do imposto devido, de acordo com indigitada legislação. Destarte, fica a empresa INTIMADA, a apresentar documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação no D.O.M, sob pena das cominações legais cabíveis, nos termos do Art. 195 do Código Tributário Nacional (CTN) Lei nº 5.172/1966 e Art. 122, § 1º, da Lei nº 2.415/70, c/c Art. 51, § único do Decreto nº 302/95, sem prejuízo do arbitramento do imposto devido, conf. Art. nº 105 da L.C. nº 2.415/70.

CNPJ/IM	RAZÃO SOCIAL	TRIBUTO	TIAF/IF	PROCESSO
12.235.831/0001-21	MDS CHAVEIROS E TABACARIA RP EIRELI-ME	ISS	TIAF 038.2018 P	02 2017 035385-7

Ribeirão Preto, 21 de maio de 2018
HAMILTON KEIJI IAMAMULLA
Diretor do Departamento de Tributos Mobiliários
CRISTINA PORTUGAL M. F. GALLO
Supervisora Fiscal do ISS

EDITAL Nº 010/2018
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, através da Secretaria Municipal da Fazenda, faz publicar através do presente edital o(s) AUTO(s) DE INFRAÇÃO, ao(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), nos termos do art. 142, V, e art. 145 da Lei nº 2.415/70.
Lançamentos tributários, formalizados nos respectivos Processos Administrativos, que neste ato ficam os mesmos notificados que o prazo para apresentação de defesa é de 30 (trinta) dias a partir da presente publicação, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança executiva.

CPF/CNPJ	RAZÃO SOCIAL	TRIBUTO	N. AI	PROCESSO Nº
02 2018 016667-7	RODRIGO O. T. CABRAL-ME	SIMPLES NACIONAL	04900069690000 200014815201885	02 2018 016667-7
10.376.521/0001-00	MONÇÕES SERVIÇOS CULTURAIS ESPECIALIZADOS LTDA	ISS	728-D	02 2018 007086-6

Ribeirão Preto, 21 de maio de 2018
HAMILTON KEIJI IAMAMULLA
Diretor do Departamento de Tributos Mobiliários
CRISTINA PORTUGAL M. F. GALLO
Supervisora Fiscal do ISS

EDITAL Nº 011/2018
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, através da Secretaria Municipal da Fazenda, faz publicar através do presente edital a notificação de lançamento, abaixo relacionada, tendo em vista os contribuintes estarem em local incerto e desconhecido, nos termos do art. 142, V, e art. 145 da Lei nº 2.415/70. Seu não cumprimento acarretará as sanções legais cabíveis, inclusive arbitramento do imposto devido, de acordo com a indigitada legislação:

CPF/CNPJ	RAZÃO SOCIAL	TRIBUTO	NL	PROCESSO ADM.
122.229.938-06	ELIANA PAES DE AMORIM CARVALHO	ISS	035/ 2018-CA	02 2012 039132-1

Ribeirão Preto, 21 de maio de 2018
HAMILTON KEIJI IAMAMULLA
Diretor do Departamento de Tributos Mobiliários
CRISTINA PORTUGAL M. F. GALLO
Supervisora Fiscal do ISS

UE 02.05.50

Santa Lydia
Fundação Hospital Santa Lydia

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 17/2018

A FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA-FHSL, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 13.370.183/0001-89, com sede à Rua Tamandaré, nº 434, Campos Elíseos, na cidade de Ribeirão Preto, Retifica o Edital de Chamamento nº 17-2018,

Onde se lê:

PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 001/2017
HOMOLOGADO EM 12/07/2017
ASSISTENTE SOCIAL

9 FERNANDA ALVARENGA PASSARI 056517376-69
10 ELISANGELA FATIMA DE SOUSA 29381 2008-74

Leia-se:

PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 001/2017
HOMOLOGADO EM 12/07/2017
ASSISTENTE SOCIAL

10 ELISANGELA FATIMA DE SOUSA 293812008-74
11 ALEXANDRA CARDOSO DOS SANTOS 321188038-00

Ribeirão Preto, 23 de maio de 2018
Comissão de Processo de Seleção

Sassom
Serviço de Assistência à Saúde dos Municipiários de Ribeirão Preto

AVISO DE LICITAÇÃO
Convite de Preços nº 0001/2018
Processo de Compras nº 82/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para adequar as duas edificações do SASSOM - Serviço de Assistência à Saúde de Ribeirão Preto, de acordo com as exigências legais para a renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros AVCB conforme Edital e seus anexos.
Valor Estimado Anual: R$ 10.976,03 (dez mil e novencentos e setenta e seis reais e três centavos).
Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços deverão ser entregues até **às 8h45min de 04/06/2018**, no SASSOM - Serviço de Assistência à Saúde dos Municipiários de Ribeirão Preto, Superintendência, sito na Rua Barão do Amazonas, nº 204, Centro, Ribeirão Preto/SP, ocasião em que se dará a sessão de processamento do Convite.
Local e horário para retirada do Edital: Setor de Protocolo - Rua Barão do Amazonas, nº 204 - Centro, das 8h às 17h (a custo zero - gratuito); ou (na íntegra) através do site www.sassom.ribeiraopreto.sp.gov.br.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
MARIA REGINA RICARDO
Superintendente

Saúde
Secretaria Municipal da Saúde

EDITAL Nº 001 DE CHAMAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROF. DR. SANDRO SCARPELINI, Secretário da Saúde, no uso das suas atribuições e tendo em vista as recomendações da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, convida para a AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano Municipal de Saúde 2018 a 2021 nos seguintes termos:
a) Data: 05.06.2018 das 18h30min às 20h30min;
b) Local: Centro Cultural Palace - Rua Álvares Cabral, nº 322, Centro.
1. O texto base do Plano Municipal de Saúde está disponível para CONSULTA PÚBLICA desde o dia 07/05/2018 no portal da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br) e receberá contribuições até o dia 07/06/2018.
2. Na AUDIÊNCIA PÚBLICA será feita a discussão do referido Plano e serão coletadas as propostas dos presentes.
3. Para a AUDIÊNCIA PÚBLICA serão convocados os integrantes do Conselho Municipal de Saúde e também aberta a toda a sociedade interessada.

Ribeirão Preto, 18 de maio de 2018
PROF. DR. SANDRO SCARPELINI
Secretário Municipal da Saúde

UE 02.09.10

Transerp
Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto S/A

CNPJ 43.581.974/0001-19

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 009/2018
Processo nº 188/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais elétricos para implantação e manutenção de sinalização semafórica. Acha-se aberta licitação na modalidade Pregão (presencial), cuja sessão pública de processamento será realizada no dia 07/06/2018, às 14:30h, na Rua General Câmara, nº 2.910 - Jd. Presidente Dutra - Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. O edital poderá ser retirado das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, no endereço acima, após o recolhimento do valor de R$ 10,00 (dez reais), referente ao custo de reprodução, ou, sem ônus, no endereço eletrônico www.ribeiraopreto.sp.gov.br/transerp.

AVISO DA SESSÃO DE RETOMADA
Pregão Presencial nº 013/2018
Processo nº 044/2018

Objeto: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial armada.
Sessão de Retomada: A ser realizada no dia 25/05/2018, às 14:30h, na Rua General Câmara, nº 2.910 - Jd. Presidente Dutra - Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Ribeirão Preto, 23 de maio de 2018
PASCOAL BOARETO
Pregoeiro

PODER LEGISLATIVO

Câmara
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

NOTIFICAÇÃO Nº 03/2018

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
Por meio de ofício protocolado no dia 03 de maio de 2018 (Processo nº 8.998/2018) e complementado na data de 09 de maio após manifestação desta Coordenadoria Administrativa (Processo nº 9.211/2018), a empresa CSM CENTRAL DE SOFTWARE MUNICIPAL LTDA-EPP confirma a execução, na totalidade, da migração de todos os bancos de dados da Câmara Municipal de Ribeirão Preto que fizeram parte dos processos supracitados - dos anos de 2007 a 2013 do Sistema SMARapd, e os dados dos anos 2014 em diante, do Sistema Coderp e requer, desta Casa de Leis, o aceite pela conversão e validação dos dados dos Sistemas implantados.
Todavia, conforme situações elencadas nas manifestações dos Setores ligados diretamente com a operacionalização do sistema contratado (cópias anexas), constantes nos autos do Processo nº 8.355/2018, esta Coordenadoria Administrativa entende que a migração e validação dos dados, conforme objeto do contrato nº 08/2017 (lote 02, itens 01 e 02 do Pregão Eletrônico nº 13/2017, Processo nº 3.675/2017), **não está implementada em sua totalidade**, motivo pela qual a Câmara Municipal de Ribeirão Preto **NOTIFICA** Vossa Senhoria para que, no **prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da data do recebimento desta, solucione os problemas reportados pelos setores deste Legislativo. Reforça-se que, caso haja o não atendimento do exposto nesta notificação no prazo dado, a mesma **incorrerá em multa de 0,5% do valor global do contrato por dia de atraso**, sem prejuízo de outras medidas, nos termos dos itens estabelecido no item 11.1.2 do contrato firmado entre esta Câmara Municipal e a CONTRATADA.
Cabe ressaltar que a empresa já havia sido previamente notificada duas vezes, sendo a primeira na data de 16 de março do corrente ano e a segunda, no dia 20 de abril. A empresa tem descumprido os ditames do edital a não observar o prazo de migração e a não implantar o sistema na forma contratada, além das recorrentes divergências existentes entre os dados migrados.
Caso a empresa não regularize a situação, implantando o sistema e migrando os dados na forma contratada, em sua integralidade, ou apresente manifestação motivada a ser analisada por esta Casa, a empresa estará sujeita às demais sanções previstas no Edital, bem como àquelas previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislação aplicável.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto
JONATAS SAMUEL SILVA DE SOUZA
Coordenador Administrativo

Ao Senhor
JESUS MARCOS MASSONETO
MD. REPRESENTANTE DA EMPRESA
CSM CENTRAL DE SOFTWARE MUNICIPAL LTDA-EPP.
Rua Monte Alegre, nº 100 - Sumarézinho
Nesta

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO CONVIDA A POPULAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, por meio de suas Comissões Permanentes de Desenvolvimento Econômico e Constituição, Justiça e Redação, **realizarão na data abaixo**, **AUDIÊNCIA PÚBLICA** visando discutir o Projeto de Lei nº 116/2018, de autoria do Poder Executivo, que *"altera a redação e acrescenta dispositivos na Lei nº 12.730, de 11 de janeiro de 2012 e na Lei nº 12.880, de 25 de setembro de 2012 e dá outras providências"*, que implantou o programa Cidade Limpa no ordenamento da paisagem urbana do nosso município, na seguinte data:
04 de junho de 2018, segunda-feira, com início às 18h30, no Plenário desta Casa de Leis, localizada na Av. Jerônimo Gonçalves, nº 1200, Centro.
Na audiência pública os senhores vereadores estarão presentes para debaterem com a população e entidades afins.
A participação popular é de suma importância para a análise da matéria, reforçando o posicionamento democrático e participativo que acontece neste Poder Legislativo.
Também é importante a participação das entidades afins, em atenção ao disposto no art. 48, da Lei nº 12.730, de 11 de janeiro de 2012 (D.O.M, de 12 de janeiro de 2012).
Portanto, é importante convidá-lo para participar da referida audiência pública, que é de interesse de toda população ribeirão-pretana.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO

EDITAL DE REVOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 03/2018
Processo nº 8087/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Tradução Simultânea para Língua Brasileira de Sinais - Libras - das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, conforme descrito em Edital e seu(s) anexo(s).
IGOR JOSÉ VINICIUS DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, nos termos da manifestação da Coordenadoria Jurídica, que adota como razão de decidir, e do que mais consta nos autos, com fulcro no art. 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **REVOGA** a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2018, Processo nº 8.087/2018, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tradução simultânea para língua brasileira de sinais - libras - das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, conforme descrito em edital e seu(s) anexo(s)", considerando-se as informações contidas nos autos do processo administrativo acima epigrafado, diante da viabilidade administrativa e técnica da contratação do serviço de libras através de plataforma "on line", mais econômica.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
IGOR OLIVEIRA
Presidente

INEDITORIAIS

SOCIEDADE BENEFICENTE E HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO

Ribeirão Preto, 03 de maio de 2018
À
TEOREMA CONTABILIDADE S/S LTDA.
RUA OLAVO BILAC, Nº 813.
RIBEIRÃO PRETO - SP.
CEP: 14.020-020 FONE - 16-3610-5277.
Prezados Senhores:
Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da **SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA RIBEIRÃO PRETO**, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as Demonstrações Contábeis retromencionadas e a seguir identificadas, refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa da SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA RIBEIRÃO PRETO no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Para fins de identificação, as Demonstrações Contábeis examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos:

	31/12/2017	31/12/2016
TOTAL DO ATIVO	107.959.448	107.202.758
TOTAL DAS EXIGIBILIDADES	100.910.509	108.170.736
PATRIMÔNIO SOCIAL	7.048.939	967.978
RESULTADO DO EXERCICIO	3.895.762	(4.121.156)

Essas contas estão de acordo com os livros da Entidade e das Demonstrações Contábeis transcritas no Livro Diário e também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.
Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da Entidade, confirmamos as seguintes informações transmitidas a Vossas Senhorias durante seu exame das Demonstrações Contábeis da SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA RIBEIRÃO PRETO do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.
Na qualidade de administradores da Entidade, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das Demonstrações Contábeis e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias.
Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente. Além disso, colocamos à disposição de Vossas Senhorias todos os livros contábeis e financeiros.
As Demonstrações Contábeis e/ou suas notas explicativas:
I - Indicam ou registram:
1 - Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
2 - Todas as obrigações e os passivos, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos, exceto.
3 - Todos os compromissos firmados e informações pertinentes.
4 - Todos os superávits esperados em razão de circunstâncias já conhecidas.
II - Pressupõem que:
1 - Todos os ativos são de propriedade da Entidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
2 - Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando esses saldos disponíveis.
3 - As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos.
4 - Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Contábeis.
5 - Que o sistema contábil e de controle interno adotado pela entidade é de responsabilidade da administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros.
6 - Todas as garantias dadas estão, adequadamente, divulgadas nas Demonstrações Contábeis.
Confirmamos que possuímos consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a Entidade, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência.
Dr. Antônio Carlos Colla OAB/SP 63.708.
Além disso, não temos conhecimento:
1 - De que membros da administração não tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a Entidade está sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da Entidade.
2 - De outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às Demonstrações Contábeis.
3 - De que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a Entidade manteve transações.
4 - De quaisquer fatos ocorridos desde 2017 que possam afetar as Demonstrações Contábeis e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da Entidade.
5 - De eventos e circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que o ativo imobilizado possa estar registrado por valores superiores ao seu respectivo valor de recuperação.
6 - De efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações:
(a) Ações ou reclamações relevantes contra a Entidade.
(b) Acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos.
(c) Inadimplências contratuais que possam resultar em déficits para a Entidade.
(d) Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas.
(e) Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, etc.
Também confirmamos que:
Como efeito de evolução a Administração destaca uma excelente evolução da entidade em 2017, cuja redução do passivo (obrigações) se deu na casa dos 6,71% comparado ao exercício do ano de 2016 e ainda, um salto de (-R$ 967.978,00) do patrimônio líquido da entidade para R$ 7.048.940,00, o que na prática traduz o quando sobraria a possíveis acionistas no caso de uma venda da entidade, já que o ativo financiaria todo o passivo e ainda, com uma margem excelente de sobra (Patrimônio Líquido).
A Entidade não possui política de cobertura de seguros dos ativos e das operações da entidade que supra suas necessidades.
Não houve:
(a) fraude envolvendo administração ou funcionários em cargos de responsabilidades ou confiança;
(b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito relevante nas Demonstrações Contábeis;
(c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas Demonstrações Contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.
Os efeitos de distorções não reconhecidas nas Demonstrações Contábeis e sumariadas são irrelevantes, tanto individualmente quanto em agregado, para as Demonstrações Contábeis em seu conjunto. Além disso, não temos conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas Demonstrações Contábeis.
Todas as transações efetuadas no período foram devidamente registradas no sistema contábil de acordo com a legislação vigente. Não temos conhecimento da existência de outros contratos com estas características, ou similares que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos que não tenham sido reportados a Vossas Senhorias.

Atenciosamente,
AMAURI ELIAS CALIL
(Provedor)
DÉBORA MÁRCIA LOPES DE ARAÚJO COSTA
TCCRC1SP235155/O-7

Ribeirão Preto -SP, 03 de maio de 2018
À
Teorema Contabilidade S/S Ltda.
A/C: Ocimar Milan
Rua Olavo Bilac, 813 - Vila Seixas
Ribeirão Preto - SP CEP 14020-020
Prezados Senhores:
REF: CARTA DE RESPONSABILIDADE DA "SOCIEDADE BENEFICENTE E HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO" REFERENTE À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
Prezados Senhores:
Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da ***Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto***, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as demonstrações Contábeis mencionadas a seguir refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, o desempenho das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da ***Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto***, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.
Para fins de identificação, as demonstrações Contábeis examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos em reais:

Contas	31/12/2017
Ativo	**107.959.448**
Passivo	**100.910.509**
Receita	**151.932.100**
Despesa	**144.580.782**
Patrimônio Social	**7.048.940**
Resultado	**7.351.318**

Essas contas estão de acordo com os livros da Entidade e das demonstrações Contábeis a serem transcritas no Livro Diário (Sped Contábil).
Na qualidade de administradores da Entidade, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das demonstrações Contábeis e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que ela deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.
Adicionalmente todas as atas de reunião, celebradas até está data encontram-

se incluídas nos respectivos registros. Essas atas refletem a totalidade das decisões aprovadas.
Certas informações contidas nesta carta de representação estão limitadas a assuntos que são relevantes em relação às demonstrações Contábeis mencionadas. Um item é considerado relevante, independentemente de sua grandeza, quando se referir à omissão ou apresentação errônea de uma informação contábil que, se conhecida, poderia modificar ou influenciar o julgamento de qualquer pessoa ponderada, que venha a usar a informação contábil.
Nesse contexto, com base no nosso melhor entendimento e opinião, depois de terem sido feitas as indagações que consideramos necessárias para obtermos as informações apropriadas, confirmamos que:
Com relação às demonstrações contábeis e notas explicativas
- Cumprimos nossas responsabilidades, conforme definidas nos termos da contratação do trabalho de auditoria pela elaboração das demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em particular, no sentido de que essas demonstrações Contábeis foram apresentadas adequadamente em conformidade com essas práticas.
- Todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações Contábeis.
- Os pressupostos significativos utilizados por nós para a elaboração de estimativas contábeis, inclusive aquelas que envolvem avaliações de componentes patrimoniais a valor justo e a valor recuperável são razoáveis. Confirmamos que as premissas utilizadas para mensuração, apresentação e divulgação dos valores justos de ativos e passivos refletem nossa intenção e nossa capacidade de executar, em nome da Entidade, os cursos de ação específicos que são relevantes para que essa finalidade seja alcançada.
- Confirmamos que não temos planos ou intenções que possam afetar de forma relevante o valor contábil ou a classificação dos ativos e passivos refletidos nas informações contábeis.
- Confirmamos que não temos planos de descontinuar atividades atualmente executadas ou outros planos ou intenções que resultarão em reflexos significativos para a Entidade.
- Todos os eventos subseqüentes a 31 de dezembro de 2017 e até a presente data e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajustes ou divulgações, foram adequadamente ajustados ou divulgados nas notas explicativas às demonstrações Contábeis. Adicionalmente, confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer eventos ocorridos até a presente data que possam afetar as demonstrações Contábeis e/ou continuidade das operações da Entidade.
Com relação às informações fornecidas:
Nós fornecemos a Vossas Senhorias os seguintes acessos, divulgações, informações e confirmações relevantes para o processo de auditoria das demonstrações Contábeis:
- Acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações Contábeis, tais como: registros contábeis e financeiros, documentação de suporte para as transações realizadas pela Entidade, e outros registros e documentos.
- Confirmamos que todas as alterações dos Estatutos Sociais celebradas até esta data encontram-se devidamente arquivadas nos respectivos Órgãos competentes.
- Como resultado das nossas avaliações de risco, entendemos que as demonstrações Contábeis não estão afetadas por distorções relevantes que sejam decorrentes de fraudes.
- Reconhecemos nossa responsabilidade pelo planejamento e implementação de controles internos para evitar e detectar fraudes e erros.
- Não temos conhecimento da ocorrência de eventos que possam representar fraudes ou suspeitas de fraudes que tenham afetado a Entidade e envolvam:
- A Administração da Entidade.
- Empregados com funções significativas nos sistemas de controles internos.
- Outros empregados ou pessoas externas à entidade (terceiros).
- Não temos conhecimento de informações relativas a alegações de fraudes ou suspeitas de fraudes que afetam as demonstrações Contábeis da Entidade, que tenham sido comunicadas por empregados, antigos empregados, analistas, reguladores ou outros.
- Não temos conhecimento de casos de não conformidade ou de suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devessem ter sido considerados na elaboração das demonstrações Contábeis.
Adicionalmente, informamos que:
- Não temos conhecimento de que tenham ocorrido, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da Entidade.
- Não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer eventos que possam ser especificamente tipificados como infrações ou suspeitas de infrações à legislação sobre prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo (Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012) e à legislação anticorrupção (Lei nº 12.846/2013 e regulamentações subsequentes).
- Não temos conhecimento de que diretores ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da Administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a Entidade tenha transações recorrentes e/ou relevantes.
- Confirmamos que todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a Entidade, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência, foram devidamente circularizados.
A relação desses consultores jurídicos é apresentada abaixo:
- ALEXANDRE JUNQUEIRA DE ANDRADE - OAB 274.523
- CHRISTINA MARIA ROSELINO COIMBRA PAIXÃO - OAB 184.611
- SÉRGIO LUIZ DE CARVALHO PAIXÃO - OAB 155.847
- LUIZ CLÁUDIO MOTTA FERREIRA - OAB 189.605
- VITOR GAONA SERVIDÃO - OAB 248.947
- GUSTAVO LUIS POLITI - OAB/SP 30.743
- Confirmamos que as provisões para contingências e/ou passivos contingentes apresentados nas demonstrações Contábeis foram constituídas ou mencionadas por montantes considerados adequados para suportar perdas que possam ocorrer em decorrência de eventuais desfechos que sejam desfavoráveis para a Entidade. Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus as-sessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.
- Não temos conhecimento de quaisquer outros efeitos relevantes não registrados nas demonstrações Contábeis e/ou não divulgados nas respectivas notas explicativas acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações:
(a) Ações ou reclamações relevantes contra a Entidade.
(b) Acordos ou operações estranhas aos negócios normais ou quaisquer outros acordos.
(c) Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a Entidade.
(d) Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas.
- Confirmamos que a política de cobertura de seguros dos ativos e das operações é adequada às necessidades da Entidade, considerando que os valores segurados são suficientes para a cobertura de eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal das atividades da Entidade. Essas políticas de coberturas e valores segurados não foram submetidas aos exames de nossos auditores independentes.
- As demonstrações Contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para conclusão foi dada por esta em 20 de abril de 2018.
As demonstrações Contábeis e/ou suas notas explicativas:
I - Indicam ou registram:
1 - Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
2 - Todas as obrigações e os passivos, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos.
3 - Todos os compromissos firmados e informações pertinentes.
4 - Todos os prejuízos esperados em razão de circunstâncias já conhecidas.
II - Pressupõem que:
1 - Todos os ativos são de propriedade da Entidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
2 - Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando esses saldos disponíveis.
3 - As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos.
4 - Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas demonstrações Contábeis.
5 - O sistema contábil e de controle interno adotado pela Entidade é de responsabilidade da Administração e é adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como é adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros.
6 - Todas as garantias dadas estão, adequadamente, divulgadas nas notas explicativas às demonstrações Contábeis.

Atenciosamente,
AMAURI ELIAS CALIL
Provedor - CPF 549.365.608-63
JOSÉ FERNANDO BERALDI
Tesoureiro - CPF 050.494.418-54
DÉBORA MÁRCIA LOPES DE ARAÚJO COSTA
CRCTC 1SP235155/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2017 E 2016
(EM REAIS)

ATIVO	Notas Explicativas	2017	2016 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE		**28.863.667**	**28.917.326**
Disponível	4	765.508	1.121.190
Caixa e Equivalente de Caixa		765.508	1.121.190
Realizável		28.098.159	27.796.136
Aplicações Financeiras	5	17.183.357	12.581.872
Convênios SUS a Receber	6	4.122.888	3.549.230
Hospital de Ensino a Receber		0	2.349.858
Outros Convênios a Receber	6	1.804.586	5.315.660
Créditos Tributários e Previdenciários		3.641	13.434
Estoques	7	1.438.816	1.894.480
Bens e Títulos a Receber	7	3.493.219	2.091.602
Despesas Antecipadas		51.653	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**79.095.781**	**78.285.431**
Realizável a Longo Prazo	8	**48.721.056**	**48.968.202**
Depósitos Judiciais e Fiscais		90.860	90.860
Depósitos Judiciais Trabalhistas		1.007.696	1.027.951
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		47.622.500	47.849.391
Investimentos		**7.419.417**	**7.419.417**
Imóveis Destinados a Renda	9.1	7.276.352	7.276.352
Outros Investimentos	9.2	143.065	143.065
Imobilizado	10	**22.952.400**	**21.895.385**
Prédios		13.705.869	13.705.869
Terrenos		3.289.918	2.969.918
Máquinas e Equipamentos		11.639.274	9.708.430
Móveis e Utensílios		1.390.650	1.332.250
Equipamentos de Informática		558.359	479.446
Instalações		343.632	330.346
Outras Imobilizações		386.579	386.579
(-) Depreciações Acumuladas		(8.361.881)	(7.017.453)
Intangível	11	**2.908**	**2.428**
TOTAL DO ATIVO		**107.959.448**	**107.202.758**

PASSIVO	Notas Explicativas	2017	2016 Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE		**22.180.548**	**24.886.441**
Ressarcimento ao SUS	**12**	1.148.892	1.207.351
Honorários Médicos	**13**	5.800.635	7.595.743
Tributos e Contribuições a Recolher	**14**	6.132.589	5.365.913
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	**15**	44.961	1.633.986
Obrigação com Pessoal	**16**	4.213.259	4.283.178
Fornecedores de Materiais e Serviços	**17**	3.501.381	4.559.805
Outras Contas a Pagar	**17**	1.338.831	240.465
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**78.729.961**	**83.284.295**
Ressarcimento ao SUS	**18**	1.521.430	1.596.070
Provisão para Contingencia - Trabalhistas e Cíveis	**19.1**	1.985.732	3.836.188
Tributos e Contribuições a Recolher	**20**	1.130.101	1.130.101
Outros Débitos	**21**	3.733.289	6.434.116
Outras Exigibilidades a Longo Prazo	**22**	47.318.358	47.318.358
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	**23**	4.297.337	4.297.337
FGTS - Renegociação	**23**	2.351.085	2.279.495
Parcelamento de Tributos e Contribuições	**23**	16.392.629	16.392.629
PATRIMÔNIO SOCIAL	**24**	**7.048.940**	**-967.978**
Patrimônio Social		2.766.038	2.766.038
Reservas		387.140	387.140
Superávit I (Déficits) Acumulados		3.895.762	-4.121.156
TOTAL DO PASSIVO		**107.959.448,49**	**107.202.758,16**

DSDE DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2017 E 2016 (EM REAIS)

	Notas Explicativas	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**26**	**132.823.109**	**118.648.569**
Convênios		77.267.560	71.552.478
Particulares		3.721.757	408.984
SUS	**3.1**	34.591.248	32.482.281
Subvenções Estaduais	**3.1**	9.034.455	5.746.738
Verbas Parlamentares		400.000	650.000
Hospital de Ensino Conv. 003/2016	**3.1**	7.049.575	7.049.575
Integrasus	**3.1**	758.514	758.513
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**132.823.109**	**118.648.569**
(-) Glosas e Cancelamentos		(1.650.706)	(372.386)
RECEITA LÍQUIDA		131.172.403	118.276.183
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**27**	**(80.291.549)**	**(72.378.566)**
Materiais e Medicamentos		(26.882.702)	(22.659.088)
Honorários Médicos		(53.175.717)	(49.347.092)
Outros Custos		(233.130)	(372.386)
RESULTADO BRUTO		**50.880.854**	**45.897.617**
DESPESAS OPERACIONAIS	**28**	**(49.476.363)**	**(45.504.390)**
Despesa com Pessoal		(33.639.202)	(32.728.345)
Serviços de Terceiros		(5.174.879)	(4.973.125)
Localização e Manutenção		(9.681.143)	(6.584.038)
Despesas Tributárias e Encargos		(268.034)	(237.348)
Depreciações/Amortizações		(1.369.016)	(878.846)
Outras Despesas		655.911	(102.688)
Isenção Cota Patronal e Cofins	**3.14 e 31**	12.510.096	11.330.336
(-) Isenção Cota Patronal e Cofins		(12.510.096)	(11.330.336)
OUTRAS RECEITAS	**26**	**4.796.343**	**1.808.176**
Receitas Diversas		3.883.509	1.348.808
Subv. Secret. Estado Contr. Solidariedade		402.128	390.506
Verbas Cartoriais			
Doações	**3.13**	510.706	68.862
RESULTADO FINANCEIRO	**29**	**(539.374)**	**627.458**
Receitas Financeiras		1.752.010	1.923.609
Despesas Financeiras		(2.291.384)	(1.296.151)
RESULTADO PATRIMONIAL	**30**	**1.689.858**	**5.567.056**
Receitas Patrimoniais		1.701.248	5.569.126
Despesas Patrimoniais		(11.390)	(2.070)
SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS		**7.351.318**	**8.395.917**

DRA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCICIOS 2017 E 2016 (EM REAIS)

Demonstrativos do Resultado Abrangente	Notas Explicativas	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	**24**	**7.351.318**	**8.395.917**
Resultado Abrangente Total		**7.351.318**	**8.395.917**

DMPS - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2017 E 2016 (EM REAIS)

	Notas Explicativas	Patrimônio Social	Reservas	Reapresentado Superávit/ Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.766.038	387.140	(8.104.605)	**(4.951.427)**
Ajustes de Exercícios Anteriores					
Ratificação de erros de exercícios anteriores				6.729.852	**6.729.852**
Ajustes Equivalência Patrimonial - Estornos	**25.2**			(11.142.320)	
Superávit do Exercício				8.395.917	**8.395.917**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		**2.766.038**	**387.140**	**(4.121.156)**	**(967.978)**
Ajustes de Exercícios Anteriores					
Ratificação de erros de exercícios anteriores/Equivalencia Patrimonial	**25.1**			665.600	**665.600**
Superávit do Exercício	**24**			7.351.318	**7.351.318**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		**2.766.038**	**387.140**	**3.895.762**	**7.048.940**

DSDA - DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVITS E DÉFICITS ACUMULADOS DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2017 E 2016 (EM REAIS)

	Notas Explicativas	2017	2016 Reapresentado
SALDO ACUMULADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(4.121.156)	(1.374.753)
Superávit do Exercício	**24**	7.351.318	8.395.917
Ajuste Exercicios Anteriores			-
(-) EXCLUSÕES			
Déficit do Exercicio		-	-
Ajuste Exercicios Anteriores/Equivalência Patrimonial	**25.1 e 25.2**	665.600	(11.142.320)
SALDO ACUMULADO NESTA DATA		**3.895.762**	**(4.121.156)**

DFC DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA METODO INDIRETO DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2017 E 2016 (EM REAIS)

	2017	2016
Superávit do Exercício	**7.351.318**	**8.395.916**
Ajustes:		
Depreciação/Amortização	1.344.428	796.488
Ajustes de Exercícios Anteriores	(10.476.721)	6.729.852
Resultado Equivalência Patrimonial	11.142.320	(2.828.497)
Aumento (Diminuição) em Ativos Operacionais	**(54.876)**	**(9.461.854)**
Aplicações	(4.601.484)	(1.198.210)
Convênios a Receber	5.287.275	(5.082.437)
Créditos Tributários	9.792	(13.434)
Bens e Títulos a Receber	(945.952)	(415.796)
Despesas Antecipadas	(51.653)	56.049
Depósitos Judiciais	20.254	(13.456)
Outros Créditos a Receber Longo Prazo	226.893	(2.794.570)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	**(7.260.227)**	**5.751.432**
Ressarcimento ao SUS	(58.459)	(995.654)
Fornecedores de Serviços Médicos	(1.795.161)	2.115.615
Tributos e Encargos Sociais	766.676	121.695
Débitos Diversos	(29.925)	714.420
Empréstimos e Financiamento	(1.589.024)	(281.942)
Exigível a Longo Prazo	(4.554.334)	4.077.298
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**2.046.242**	**9.383.337**
Aquisição de Ativo Imobilizado	(2.442.188)	(2.485.682)
Aquisição / Baixa de Intangível	(480)	(804)
Baixa de Imobilizado	40.746	82.346
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(2.401.922)**	**(2.404.140)**
Outros Investimentos	-	(6.540.208)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**-**	**(6.540.208)**
Variação Liquida do Caixa	**(355.679)**	**438.989**
Saldo Inicial de Caixa	**1.121.187**	**682.198**
Saldo Final de Caixa	**765.508**	**1.121.187**
Variação Liquida do Caixa	**(355.679)**	**438.989**

AMAURI ELIAS CALIL
Provedor - CPF 549.365.608-63
JOSÉ FERNANDO BERALDI
Tesoureiro - CPF 050.494.418-54
DÉBORA MÁRCIA LOPES DE ARAÚJO COSTA
CRCTC 1SP235155/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Sr. Provedor, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Conforme o parágrafo 6º do artigo 30 da Portaria 834 do Ministério da Saúde, as demonstrações contábeis auditadas representam a real situação patrimonial e financeira da entidade.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, cujo relatório datado de 10 de abril de 2017 não continha ressalva. Conforme Nota Explicativa 25.2 os saldos de 2016 foram reapresentados em função de lançamento de ajustes de exercícios anteriores, visando adequações para melhor atendimento às Normas Contábeis do Brasil e esse fato não modifica nossa opinião quanto à Auditoria do exercício de 2017.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, planejamos e executamos procedimentos de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que poderiam ser identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto. SP, 20 de abril de 2018
OCIMAR MILAN
Responsável Técnico
Contador - CRC nº 1SP137879/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

1 - Contexto Operacional

1.1 - Apresentação

A Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, é uma Instituição Filantrópica, de caráter privado, fundada em 23 de setembro de 1896, prestadora de Serviços na área da saúde de acordo com suas finalidades estatutárias. Cabe a ela mobilizar e otimizar todos os recursos financeiros, materiais tecnológicos e humanos para garantir a eficiência dos serviços de assistência médica em todas as especialidades clínicas e cirúrgicas prestados à população de Ribeirão Preto e região.

Com 249 leitos em seu prédio principal e uma ampla infraestrutura ambulatorial, cirúrgica, obstétrica, diagnóstica, de emergência e intensivismo, como também Centro de Marcapasso, Banco de Sangue, Unidade de Quimioterapia, a Santa Casa oferece assistência humanizada e baseada nas diversas especialidades médicas e outras habilitações sendo: Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Serviço Social, Terapia Ocupacional. A quase totalidade dos atendimentos é colocada a disposição de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) a quem são reservados, no mínimo 60% (setenta por cento) dos leitos. Apenas a parcela restante das internações é destinada à clientes particulares e de convênios gerando receitas que são investidas na infraestrutura beneficiando os usuários em geral e reforçando o comprometimento de todos os profissionais com a qualidade e os resultados.

Em decorrência da parceria entre a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto e a Secretaria Municipal de Saúde através da assinatura do último convênio, a Entidade passou a ser fornecedora de bens e serviços ao SUS sendo e as receitas decorrentes dos Serviços prestados são integralmente aplicadas no fomento e execução dos serviços de assistência médica e hospitalar, possuindo também contratos com diversos convênios além do atendimento a particulares.

Declarada de Utilidade Pública: municipal pela Lei nº 1.300 de 15/05/1963, estadual pelo Decreto nº 34.891 de 28/04/1959 e federal pelo Decreto de 21/10/1969, a Santa Casa possui ainda Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

A Santa Casa goza de Imunidades de acordo com o Artigo 150 item VI Letra C da Constituição Federal e ainda de isenção da cota patronal de acordo com o Artigo 195, parágrafo 7º do CTN.

A Santa Casa é regida pelo seu Estatuto, pelo Regimento Interno e pelas disposições legais, que lhe forem aplicáveis, submetendo-se anualmente suas contas à fiscalização e análise técnica dos diversos órgãos governamentais competentes.

1.2 - Estrutura do Atendimento: A Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto presta atendimento à população de Ribeirão Preto e região desde a sua fundação, mantendo a filosofia de atender os pacientes mais carentes e necessitados. Tal estrutura de atendimento em saúde fornece suporte emergencial aos municípios ainda não atendidos com estrutura física própria. Atualmente é um hospital moderno com atendimentos alcançando até 70% (setenta por cento) ou mais, voltados aos pacientes da rede pública de saúde - SUS e aproximadamente 30% (trinta por cento) para outros convênios, como Planos de Saúde e particulares, contando com equipes multidisciplinares e equipamentos de última geração que promovem um atendimento de alta qualidade. É um Hospital geral de alta complexidade que presta atendimento a todas as especialidades de urgência e emergência, internações e ambulatório, dentre elas: Serviço de Ginecologia e Obstetrícia; Serviço de Mastologia; Serviço de Pediatria e Neonatologia; Serviço de Anestesiologia; Serviço de Oncologia; Serviço de Cardiologia; Serviço de Gastroenterologia; Serviço de Proctologia; Serviço de Cirurgia Geral; Serviço de Cirurgia Pediátrica; Serviço de Cirurgia Vascular; Serviço de Urologia; Serviço de Nefrologia; Serviço de Endocrinologia; Serviço de Ortopedia; Serviço de Hematologia; Serviço de Neurologia e Neurocirurgia; Serviço de Cirurgia Cardíaca; Serviço de Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Serviço de Pneumologia e Cirurgia Torácica; Serviço de Otorrinolaringologia; Serviço de Pediatria; Serviço de Eletrofisiologia; Odontologia; Serviço de Cirurgia Buco-maxilo-facial.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Santa Casa de Ribeirão Preto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo a ITG 2002 publicada no DOU de 02/09/15 a qual trata de aspectos contábeis específicos a Entidades sem Finalidades de Lucros homologados pelos órgãos reguladores.

Os valores das demonstrações contábeis estão sendo apresentado em Real que é a moeda corrente no Brasil.

3 - Resumos das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade, para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, são as seguintes:

3.1 - Critérios de apuração das receitas e das despesas

As receitas operacionais da Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto constituem-se basicamente dos serviços hospitalares prestados aos usuários do SUS e não SUS, das Doações de Pessoas físicas e Jurídicas, do recebimento de Auxílios e Subvenções de Órgãos Governamentais. As despesas são classificadas por grupos, segundo suas origens, sendo consolidadas, por espécie, quando do encerramento do exercício social, ao final de cada ano civil.

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios e contabilizadas em conformidade com um plano de contas único.

A gratuidade é praticada pela Entidade tendo em vista a sua finalidade filantrópica. Os recursos financeiros recebidos pela Entidade de órgãos governamentais destinados a custeios e investimentos são devidamente aplicados de acordo com o objeto do Termo Aditivo e/ou Convênio firmado sendo feito a

prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor. São reconhecidas no resultado observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

CONVÊNIO Nº	VIGÊNCIA	OBJETO	VALOR
003/2016	2017	Custeio	27.468.287
003/2016 INCENTIVO QUALIF. GESTÃO HOSP. IGH	2017	Custeio	7.049.575
003/2016 INCENTIVO INTEGRAÇÃO DO SUS SAÚDE - INTEGRASUS	2017	Custeio	758.514
REPASSES FEDERAIS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO DE 2017			**35.276.376**

CONVÊNIO Nº	VIGÊNCIA	OBJETO	VALOR
Secretaria de Estado da Saúde			
003/2016	2017	Custeio	30.000
660/2016 SANTA CASA SUSTENTÁVEIS	2017	Custeio	7.649.355
601/2016 PRÓ- SANTA CASA II	2017	Custeio	1.385.100
REPASSES ESTADUAIS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO DE 2017			**9.064.455**

PREFEITURAS	PERÍODO	OBJETO	VALOR
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto			
003/2016	2017	Custeio	7.092.961
REPASSES MUNICIPAIS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO DE 2017			**7.092.961**

3.2 - Segregações de prazos realizáveis e exigíveis
Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no decorrer do exercício seguinte são classificados como circulante quando suas realizações são previstas em até 12 meses, e acima deste prazo são classificados como não circulante.
3.3 - Caixa e Equivalente de Caixa
O caixa e equivalentes de caixa são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários.
3.4 - Aplicações Financeiras
São investimentos de liquidez imediata dos recursos registrados a valores de custo, acrescidas, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do Balanço Patrimonial.
3.5 - Contas a receber
As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Estão demonstradas pelo regime de competência, por faturamentos que ocorrem no mesmo mês em que os serviços são prestados nas assistências de Internação e Atendimentos Ambulatoriais, e são emitidas contra o Sistema Único de Saúde - SUS, Convênios Estadual, Convênios Municipal, Convênios com Instituições Privadas e Particulares.
3.6 - Estoques
Os estoques referem-se substancialmente a medicamentos e material médico-hospitalar a serem aplicados nos atendimentos a pacientes. Esses estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável liquido.
3.7 - Imobilizado
O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação. Os gastos com a manutenção do ativo fixo, quando representam melhorias (aumento da vida útil ou capacidade operacional), são capitalizados e os gastos remanescentes são debitados nas contas de despesas, quando incorridos. Os materiais alocados a projetos específicos são adicionados a rubrica "Imobilizações em Andamento", sendo que as taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear com base na estimativa de vida útil-econômica dos ativos.
A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de Doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07.
3.8 - Redução ao valor recuperável de ativos
O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável: que é o maior entre o preço liquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.
3.9 - Passivos circulantes a não circulantes
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.
3.10 - Provisões
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes como resultados de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
O reconhecimento das provisões é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).
Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.
3.11 - Subvenções e incentivos recebidos
As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita. As doações subvenções e contribuições patrimoniais são contabilizadas a princípio no passivo e reconhecidas em contas de receita proporcionalmente a depreciação do bem objeto da subvenção.
As subvenções governamentais destinadas ao custeio foram contabilizadas em conformidade com o CPC 07 - Subvenções e Assistência Governamental, sendo apropriadas em receitas na medida em que ocorreram as despesas.
3.12 - Apuração do superávit/déficit do exercício
As receitas, despesas e os custos foram apurados pelo regime de competência dos exercícios, conforme legislação em vigor.
3.13 - Doações
A entidade recebeu doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas no ano de 2017 o total de R$ 510.706 (quinhentos e dez mil, setecentos e seis reais).
3.14 - Isenção de contribuições
O custo da isenção das contribuições usufruídas pela entidade, no ano de 2017, foi de aproximadamente R$ 12.510.096 (doze milhões, quinhentos e dez mil e noventa e seis reais. (demonstrado na Nota 31).
4 - Caixa e Equivalente de Caixa
São valores que a Entidade possui com livre movimentação de caixa e depósitos bancários para aplicação imediata em suas operações sem restrições e com restrições.
Em 2017 e 2016, as disponibilidades estavam assim constituídas:

Descrição	2017	2016
Caixa	23.344	59.155
Bancos C/Movimento Sem Restrições	623.670	1.060.846
Bancos C/Movimento Com Restrições	118.494	1.188
Totais	**765.508**	**1.121.190**

5 - Aplicações Financeiras
As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço sem restrições e com restrições.
Em 2017 e 2016, as aplicações estavam assim constituídas:

Descrição	2017	2016
Aplicações Financeiras Sem Restrições	7.315.023	11.783.230
Aplicações Financeiras Com Restrições	9.868.334	798.641
Totais	**17.183.357**	**12.581.871**

6 - Contas a Receber - Créditos de Operações com Assistência à Saúde
As contas a receber de Créditos de Operações com Assistência à Saúde correspondem aos valores a receber de convênios pela prestação de serviços médico e hospitalar no decurso normal das atividades da entidade.
O prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, sendo que as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante, bem como constituído a PPSC - Provisão de Perdas sobre Créditos, conforme demonstrado abaixo em 2017 e 2016.

Descrição	2017	2016
Convênio SUS	4.122.888	3.549.230
Hospital de Ensino Futuro a Receber (a)	0	2.349.858
Associação Sta Casa Rib. Preto	197.167	3.040.685
Amil Assistência Médica	81.439	230.366
Cassi	122.322	165.538
Sassom	181.122	1.290.591
Unimed	218.718	1.424.016
Barão de Mauá	454.078	490.605
Outros Convênios	551.780	2.332.077
(-) PPSC - Prov. Perdas Sobre Créditos (b)	(2.040)	(3.658.217)
Totais	**5.927.474**	**11.214.749**

a) O procedemos à baixa num total de R$ 2.349.858 de 2016 do Hospital de Ensino Futuro a Receber, conforme definição da auditoria anterior, como ajustes de exercícios anteriores, sendo que o contrato celebrado entre as partes em 2017 foi recebido e contabilizado em contas de receitas no exercício de 2017.
b) Apuramos as provisões de perdas sobre créditos de exercícios anteriores e não tendo mais perspectivas de recebimentos, optamos por baixar como perdas no valor total de R$ 3.656.177.
7 - Estoque e Bens e Títulos a Receber
A rubrica Bens e Títulos a Receber constantes no Balanço Patrimonial referem-se aos valores a receber da Prefeitura Municipal de Ribeirão, Subvenções Estaduais, Adiantamentos a funcionários e fornecedores, cheques e ordens a receber, outros valores e bens e despesas antecipadas. O estoque está contabilizado pelo seu custo médio de aquisição e não ultrapassa o valor de mercado. O grupo está composto como segue:

Descrição	2017	2016
Estoques	1.438.816	1.894.480
Cheques a receber	56.899	52.244
Alugueis a receber	137.181	374.889
Adiantamento a Funcionários	216.943	299.720
Adiantamento Diversos	180.793	19.614
Prefeitura de Ribeirão Preto	1.016.360	1.016.360
Subvenções Estaduais a receber	1.505.742	0
Siconv - Ministério da Saúde a receber	199.995	0
Despesas Antecipadas	51.653	0
Outros Valores	127.653	328.775
Totais	**4.932.034**	**3.986.082**

8 - Realizável a Longo Prazo
Estão apresentados no grupo realizável a Longo prazo os depósitos judiciais Cíveis e trabalhistas, Programa Moratória de Tributos no PROSUS e outros créditos a receber, sendo que, todos os valores estão devidamente atualizados até 31 de dezembro de 2017 quando cabível e estão assim apresentados

Descrição	2017	2016
Depósitos Judiciais - Cíveis	90.860	90.860
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.007.697	1.027.951
Processos Depto Jurídico a receber	5.336	13.282
UNAERP - Proc. Judicial nº 145/2001	179.400	171.295
Adolfo S. Oliveira Alugueis	0	44.000
Santa Casa Araraquara Proc. 2010	119.406	119.406
Wesley Vitalino Proc. 0288/2012	0	119.406
Programa Moratória Tributos - PROSUS	47.318.358	47.318.358
Totais	**48.721.056**	**48.968.202**

9 - Investimentos

9.1 - Imóveis destinados a Renda

São Imóveis de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto destinados para locação conforme apresentado no quadro a seguir:

Descrição	2017	2016
Terrenos	704.769	704.769
Edificações	6.571.583	6.571.583
Totais	**7.276.352**	**7.276.352**

9.2 - Outros Investimentos

Outros investimentos referem-se à Ações de Dívida Pública conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2017	2016 Reapresentado
Ações Dívida Pública	143.065	143.065
Associação Santa Casa Saúde Rib. Preto	0	0
Totais	**143.065**	**143.065**

10 - Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, independente dos bens terem sido adquiridos por contrato de compra e venda ou arrendamento financeiro, deduzido da depreciação acumulada, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Imobilizado estava assim constituído:

Descrição	Saldo 2016	Adições	Baixas/ Transferência	Depreciações	Saldo 2017
Terrenos (a)	2.969.918	320.000	0	0	3.289.918
Edificações	13.705.869	0	0	0	13.705.869
Máquinas e Equipamentos	9.708.430	1.944.726	13.882	0	11.639.274
Equipamentos de Informática	479.446	83.119	4.206	0	558.359
Instalações	330.346	15.315	2.029	0	343.632
Móveis e Utensílios	1.332.250	62.108	3.708	0	1.390.650
Veículos	35.424	0	0	0	35.424
Outras imobilizações	386.579	0	0	0	386.579
Subtotal	**28.948.263**	**2.425.268**	**23.825**	**0**	**31.349.705**
DEPRECIAÇÃO					
Máquinas e Equipamentos	(5.342.187)	0	6.432	1.217.312	(6.553.068)
Equipamentos de Informática	(307.237)	0	5.137	56.763	(358.863)
Instalações	(189.666)	0	1.644	42.270	(230.292)
Móveis e Utensílios	(1.178.363)	0	3.708	45.004	(1.219.659)
Veículos	(35.424)	0	0	0	(35.424)
Subtotal	**(7.052.877)**	**0**	**16.921**	**1.361.349**	**(8.397.305)**
Saldo Final	**21.895.386**	**2.425.268**	**40.746**	**1.361.349**	**22.952.400**

a) Este valor representa a aquisição de 02 terrenos situados na Rua São Paulo, nº 610/618 sob a matrícula 151.756.

11 - Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares e licença de direitos de uso e são deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil. O período e método de amortização para um ativo com vida definida são revisados no final de cada exercício social e demonstrados no resultado.

Descrição	Saldo 2016	Adições	Baixas/ Transferência	Amortizações	Saldo 2017
Licenças de Microsoft	10.588	1.300	0	0	11.888
(-) Amortizações	(8.980)	0	0	820	(8.980)
Total	**1.608**	**1.300**	**0**	**820**	**2.908**

12- Ressarcimento SUS - Curto Prazo

Valor de Provisões de Eventos a Liquidar com ressarcimento SUS atualizado conforme ANS em curto prazo, remanescentes de atendimentos a beneficiários do antigo Plano de Saúde da Santa Casa através do Sistema Único de Saúde - SUS, podendo estes valores a serem contestados judicialmente.

Descrição	2017	2016
Provisão de Eventos a Liquidar SUS	1.148.892	1.207.351
Totais	**1.148.892**	**1.207.351**

13 - Honorários Médicos

Os serviços médicos referem-se aos compromissos assumidos com os médicos, clinicas e laboratórios para atendimentos aos pacientes da Santa Casa.

Descrição	2017	2016
Honorários Médicos	5.800.635	7.595.743
Totais	**5.800.635**	**7.595.743**

14 - Tributos e Contribuições a Recolher - Curto Prazo

O parcelamento do FGTS firmado com a Caixa Econômica Federal está sendo pago em 160 meses, com pagamento integral estimado para 09/09/2010, do PIS folha de pagamento e dos impostos e Contribuições decorrentes da retenção sobre Prestação de Serviços de Terceiros (IRRF, PIS/COFINS/CSLL e ISS) quando aplicável e de parcelamentos. Com relação aos impostos e contribuições, conforme legislação vigente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto é uma entidade filantrópica e está isenta da contribuição Patronal e de Terceiros ao INSS, bem como isenta de COFINS e PIS sobre o faturamento, CSLL e IRPJ;

Descrição	2017	2016
INSS a Recolher	185.051	211.158
FGTS a Recolher (a)	256.544	151.938
FGTS - Renegociação	1.206.396	841.561
PIS Folha de Pagamento (b)	1.426.525	1.140.421
Retenções de IRRF/COFINS/PIS/CSSL	367.586	330.346
Parcelamento Imposto de Renda 11.941/09	2.690.488	2.690.488
Totais	**6.132.589**	**5.365.913**

a) Trata-se de FGTS da folha de pagamento de funcionários mensal, sendo que o aumento de 2016 para 2017 ocorreu por conta do FGTS do 13º Salário que serão recolhidos em 2018.

b) O total do PIS referente 1% da Folha de Pagamento, acumulados em 2017, não está sendo recolhido por decisão judicial favorável para a entidade sem fins lucrativos.

15 - Empréstimos e Financiamento a Pagar - Curto Prazo

Os empréstimos bancários representam valores tomados junto a Instituições Financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros e liquidados em 2017.

A Santa Casa possui empréstimo consignado a funcionários e cheques em carteira cuja compensação ocorreu em 2018 conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2017	2016
Empréstimo HSBC	0	853.448
Cheques à Compensar	0	732.814
Empréstimo Banco Consignando	44.961	47.723
Totais	**44.961**	**1.633.986**

16 - Obrigações com Pessoal

Além dos Salários a Pagar e de Outras Obrigações com Pessoal, temos as provisões de férias que estão sendo calculadas de acordo com os direitos adquiridos pelos funcionários e com os respectivos encargos sociais até a data do balanço em 31/12/2017 conforme abaixo:

Descrição	2017	2016
Salários a Pagar	1.593.045	1.504.602
Férias a Pagar	2.606.636	2.527.992
Décimo Terceiro Salário	0	8.544
Outras Obrigações com Pessoal	13.578	242.041
Totais	**4.213.259**	**4.283.178**

17 - Fornecedores de Materiais e Serviços

Correspondem a valores assumidos pela Entidade com os fornecedores de materiais, serviços e outras despesas de manutenção.

Descrição	2017	2016
Fornecedores	3.501.381	4.559.805
Outras Contas à Pagar	1.338.831	240.465
Total	**4.840.212**	**4.800.271**

18 - Ressarcimento SUS - Longo Prazo

Valor de Provisões de Eventos a Liquidar com ressarcimento SUS atualizado conforme ANS em Longo prazo, remanescentes de atendimentos a beneficiários do antigo Plano de Saúde da Santa Casa através do Sistema Único de Saúde - SUS, podendo estes valores serem contestados judicialmente.

Descrição	2017	2016
Provisão de Eventos a Liquidar SUS	1.521.430	1.596.070
Totais	**1.521.430**	**1.596.070**

19 - Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis

19.1 - A Entidade contabilizou as provisões para contingências "prováveis" seguindo o Comitê de Pronunciamento Técnicas CPC-25 e de acordo com o relatório dos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	2017	2016
Provisão Contingências Trabalhistas	925.732	462.736
Provisão Contingências Cíveis	1.060.000	3.373.452
Totais	**1.985.732**	**3.836.188**

19.2 - A entidade possui Contingências de ações trabalhistas e cíveis, que em 31/12/2017 constavam na qualidade de risco como "possível" conforme relatório da Assessoria Jurídica abaixo, não sendo necessário a contabilização dos valores abaixo.

Descrição	2017	2016
Provisões Trabalhistas Possíveis	1.486.102	2.925.895
Provisões Cíveis Possíveis	12.055.404	8.691.481
Provisões Ressarcimento SUS Possíveis	1.613.102	1.613.102
Totais	**15.154.608**	**13.230.478**

20 - Tributos e Contribuições a Recolher - Longo Prazo

As Contribuições e os impostos apresentados são decorrentes da retenção sobre Prestação de Serviços de Terceiros de CSLL e COFINS quando aplicável. Com relação aos impostos e contribuições, conforme legislação vigente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto é uma entidade filantrópica e está isenta da contribuição Patronal e de Terceiros ao INSS, bem como isenta de COFINS e PIS sobre o faturamento, CSLL e IRPJ; No caso em especifico refere-se a valores de retenções de 2010 a 2013 do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 que foram incluídas no PROSUS, a ser consolidado em 2018.

Descrição	2017	2016
Retenções de CSLL e COFINS	1.130.101	1.130.101
Totais	**1.130.101**	**1.130.101**

21 - Outros Débitos

Descrição	2017	2016
Somma Prod. Hosp. Ltda (a)	113.595	100.314
Dipron Distr. Prod. Oncológicos (b)	60.089	60.089
Astralmed Com. Exp.Prod. Ltda (c)	48.000	48.000
Medtronic Coml. Ltda	0	415.864
Wesley Vitalino Proc. 0288-2012 (d)	94.875	94.875
Ana Julia Coppede Silva Trindade	0	70.827
Adolfo S. Oliveira Neto - Aluguel Av. Costa Silva	136.000	136.000
Hospital de Ensino Futuro (e)	0	1.174.929
Acordo 2014 CPFL	2.256.133	3.258.859
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - LP (f)	1.016.360	1.016.360
Outros Valores	8.237	58.000
Totais	**3.733.289**	**6.434.116**

a) Somma: Refere-se a acordo de parcelamento com o termino das parcelas 10/05/2018. Sendo que em 2016 este parcelamento não foi atualizado na totalidade, ficando o valor de R$ 82.821 a menor;
b) Dipron: Refere-se a dívida em longo prazo desde de 2012 sem o efetivo pagamento;
c) Astralmed: Refere-se a uma dívida antiga em aberto;
d) Wesley Vitalino (Roberto Junqueira Meirelles): Refere-se a um processo nº 0288 de 2012 em aberto;
e) O valor de R$ 1.174.929 de 2016 do Hospital de Ensino Futuro foi baixado como ajustes de exercícios anteriores por conta da alteração do Termo em 2017;
f) Taxa de resíduos sólidos cobrados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Será enviado por parte da Prefeitura uma carta de quitação para regularizar esse valor.

22 - Outras Exigibilidades a Longo Prazo moratória com RFB

Descrição	2017	2016
Programa de Moratória de Tributos - PROSUS	47.318.358	47.318.358
Totais	**47.318.358**	**47.318.358**

A entidade aderiu em out/2014 ao PROSUS - Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde, e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde, no âmbito da Lei nº 12.873/2014.
Artigo 2º - A moratória alcança as dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), das entidades de saúde privadas filantrópicas e das entidades de saúde sem fins lucrativos na condição de contribuinte ou responsável.
Esse programa consiste na concessão de moratória referente às dividas tributárias das instituições, que tem como contrapartida o aumento de 5% na oferta de serviços ao SUS.
Para a continuidade do programa, a instituição deverá manter sua situação tributaria regularizada em relação às responsabilidades mensais, com isso a cada tributo corrente (mensal) pago, a empresa se torna credora do mesmo valor para abatimento no saldo de sua moratória.
O prazo dessa moratória de 180 meses, porem há uma estimativa que dentro de 108 meses a intuição tenha liquidado todo o seu passivo tributário.
O sistema de compensação ainda não formalizado pelos órgãos federais, mas a instituição já obteve o benefício do não pagamento do seu parcelamento referente à Lei nº 11.941/09, que já constituiu saldo para a composição da moratória.
Com isso toda a provisão hoje feita em nosso passivo aguarda essa regulamentação pelos órgãos Federais, sobre a forma de contabilização, pois a mesma será liquidada com créditos gerados com o próprio pagamento do mês corrente.
A entidade teve que optar pela desistência dos tributos parcelados dentro da Lei nº 11.941/09, colocando em moratória de remissão, e aguarda o processo de formalização e compensação da moratória que estava vigente durante 15 anos.
Nessa Moratória cada R$ 1,00 do tributo do mês corrente pago será remitido para compensação desse saldo constituído no PROSUS.
A expectativa da empresa conforme quadro abaixo e de compensar toda a dívida em aproximadamente 09 anos.
A empresa acumulou aproximadamente R$ 17.300.000 em créditos para compensação da moratória entre outubro de 2014 a dezembro de 2017.
Foi deferido a adesão ao PROSUS da entidade sob condição resolutiva, que caso nos termos do § 2º do art. 30 da Lei nº 12.873, de 2013, que vier a ter cancelada essa adesão pela implementação a condição resolutiva, e em razão disso que lhe foi concedida for revogada, poderá apresentar recurso, em instância única, à autoridade definida em ato do Ministro de Estado da Saúde, contra a decisão que a exclui do PROSUS.

23 -Tributos e Encargos a Recolher

O parcelamento do FGTS firmado com a Caixa Econômica Federal estão sendo pago em 160 parcelas com parcela final de setembro de 2020.
Nos desdobramentos contábeis tributos e contribuições no passivo circulante existem vários saldos contábeis correspondentes ao Parcelamento da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, firmado com a Receita Federal do Brasil, conforme recibos de números 08948989529451700831, 08948989529451700841, 08948989529451700851, 08948989529451700871 e 08948989529451700881, referente a dívida de PIS, INSS s/ Folha, IRRF e retenções de contribuições

Descrição	2017	2016
INSS - Longo Prazo	4.297.337	4.297.337
FGTS - Renegociação (a)	2.351.085	2.279.495
Parcelamentos Lei nº 11.941 de 2009	16.392.629	16.392.629

24 - Patrimônio Social

O Patrimônio Líquido em 31/12/2017 está composto pelo Patrimônio Social, Reservas, Superávit Acumulado e pelo Superávit de R$ 7.351.318 no exercício de 2017 conforme abaixo discriminado.

Descrição	2017	2016 Representado
Patrimônio Social	2.766.038	2.766.038
Reservas	387.140	387.140
Déficit/Superávit Acumulado	(4.121.156)	(8.104.605)
Ajustes Exercícios Anteriores	665.600	(4.412.467)
Superávit do Exercício	7.351.318	8.395.916
Totais	**7.048.940**	**(967.978)**

a) São reservas constituídas através de Subvenções de terceiros ao Hospital da Aids, nos anos de 1994 e 1995.

25 - Ajuste de Exercício Anterior e Reapresentação de 2016

O valor apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social a título de ajuste de exercício anterior refere aos seguintes lançamentos abaixo, para melhor adequação das demonstrações do Patrimônio Social:
25.1 - **Ajustes** de saldos do Hospital Ensino Futuro no ativo não circulante e no passivo não circulante e correção de valores em lançamentos incorretos de fornecedores, honorários médicos, processos judiciais e outros no total consolidado de R$ 665.600.
25.2 - Estorno de lançamentos incorretos realizado em 2017 referente fatos ocorridos em anos anteriores como "equivalência patrimonial" no valor total de R$ 11.142.320.
Esse valor foi demonstrado na DMPL na parte que demonstra o exercício de 2016.

26 - Receitas

As receitas da entidade são constituídas pela prestação de serviços médico hospitalar em atendimento aos convênios e particulares e reconhecidas no período em que são realizadas.

Descrição	2017	2016
Receita com atendimentos ao Convênio SUS	34.591.248	32.854.667
Receita com atendimentos a Particulares	3.721.757	408.984
Receita com atendimentos aos demais convênios	77.267.560	71.180.091
Subvenções Estaduais	9.034.455	5.746.738
Verbas Parlamentares	400.000	650.000
IGH - Hospital de Ensino Proc. ADM. 02.2.006.034901.4	7.049.575	7.049.575
Integrasus	758.514	758.514
Receita Bruta de Serviços	132.823.109	118.648.569
Glosas e Cancelamentos	(1.650.706)	(372.386)
Receita Líquida Operacional	131.172.403	118.276.183
Doações	510.706	68.862
Ministério da Saúde Convênios	1.379.990	650.000
Reembolso Assistência Medica Funcionários	688.433	235.381
Subvenções Secretaria Estado Contr.		
Solidariedade Verbas Cartorárias	402.128	390.506
Outras Receitas	1.815.086	463.429
Receita Liquida Total	**135.968.746**	**120.084.360**

27 - Custos dos Serviços Prestados

Descrição	2017	2016
Materiais e Medicamentos	26.882.702	22.659.088
Honorários Médicos	53.175.717	49.347.092
Outros Custos	233.130	372.386
Totais	**80.291.549**	**72.378.566**

28 - Despesas Operacionais

As despesas da entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

Descrição	2017	2016
Despesa Com Pessoal	33.639.202	32.728.345
Serviços de Terceiros	5.174.879	4.973.125
Localização e Manutenção	9.681.143	6.584.038
Despesas Tributárias e Encargos	268.034	237.348
Depreciação/Amortização	1.369.016	878.846
Outras Despesas	(655.912)	102.688
Totais	**49.476.363**	**45.504.390**

29 - Resultado Financeiro

Descrição	2017	2016
Receitas Financeiras (a)	1.752.010	1.923.609
Despesas Financeiras (b)	(2.291.384)	(1.296.151)
Totais	**(539.374)**	**627.458**

a) Receitas financeiras de juros de aplicações financeiras no ano de 2017.
b) Despesas Financeiras de multa e juros do FGTS Renegociação, processos de parcelamentos ANS, parcelamento Somma Prod., empréstimos HSBC quitado em 2017, multa e juros de INSS em atraso quitado para adesão ao PROSUS.

30 - Resultado Patrimonial

Corresponde a receitas de alugueis e outras de imóveis destinados a rendas como também comissões do Edifício Diederichsen e baixa de imobilizado da entidade em 2017.

Descrição	2017	2016
Receitas de Alugueis Edif. Diederichsen e outros	1.700.504	2.340.180
Receitas de Equivalência Patrimonial	0	2.828.497
Outras Receitas Patrimoniais	744	400.449
Despesas Patrimonial	(11.390)	(2.070)
Totais	**1.689.858**	**5.567.056**

31- Isenções Previdenciárias e COFINS Usufruídas

Em atendimento ao Parágrafo Único. Artigo 4º do Decreto nº 2.536 de 07/04/1998 e alterações, demonstramos abaixo os valores relativos a Quota Patronal-INSS e COFINS que representa as isenções usufruídas pela Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto durante o exercício de 2017 e 2016.

Descrição	2017	2016
Quota Patronal - INSS	8.158.433	7.446.102
COFINS/CSLL	4.351.663	3.884.234
Totais	**12.510.096**	**11.330.336**

31.1 - Imunidade Tributária

Em razão, da entidade não distribuir parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional CTN.

32 - Limites de Gratuidade

32.1 - Concessões de Gratuidades

Na área da Saúde a Santa Casa de Ribeirão Preto, no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei nº 12.453 de 21 de julho de 2011 que altera a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e traz novas providencias acerca da Certificação/Renovação da Filantropia, evidenciamos abaixo os atendimentos SUS e NÃO SUS atendendo ao Percentual mínimo de 60% dos serviços prestados ao SUS conforme rege o art. 9º, Inciso III da Lei nº 12.453/2011. A 2017 a Entidade fechou com a capacidade instalada de 254 leitos, sendo que 163 foram destinados ao SUS e 91 ao não SUS.

			2017		2016	
INTERNAÇÕES HOSPITALARES			**Quantidade**	**Paciente-dia**	**Quantidade**	**Paciente-dia**
	SUS	Paciente-dia	11.682	53.778	10.989	51.336
	NÃO SUS	Paciente-dia	4.335	15.570	4.620	17.014
	TOTAL	**Total**	**16.017**	**69.348**	**15.609**	**68.350**

% DE SERVIÇOS PRESTADOS AO SUS		**77,55%**		**75,11%**	
		2017		**2016**	
ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS		**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
	SUS	106.097	53,34	116.815	60,50
	NÃO SUS	92.826	46,66	76.266	39,50
	TOTAL	**198.923**	**100,00**	**193.081**	**100,00**

% DE SERVIÇOS PRESTADOS AO SUS		**53,34%**		**60,50%**	
			2017		**2016**
% DE SERVIÇOS PRESTADOS AO SUS			%		%
% DE SERV. PREST. AO SUS	Internações		77,55%		75,11%
	Atendimentos Ambulatoriais		10,00%		10,00%
	TOTAL		**87,55%**		**85,11%**

Observação: O termo paciente dia corresponde a quantidade de diárias de internação no exercício de 2017.

O montante atribuído à gratuidade no ano de 2017 foi de R$ 33.301.774 compreendendo o déficit nas contas do SUS, subtraindo as Subvenções, doações e o faturamento SUS recebidos, chegamos na informação que, para cada R$ 1,00 recebido gasta-se em torno de R$ 1,62.

Os quadros acima demonstram que a Entidade cumpriu em 2017 com os requisitos da filantropia na Área da Saúde pelo oferecimento e cumprimento de no mínimo 60% de atendimento aos beneficiários do Sistema Único de Saúde - SUS, tendo atendido em 2017 o percentual de 87,55% de sua capacidade, por esse motivo, o valor relativo aos custos desses atendimentos não é apresentado como custo de gratuidade na Demonstração do Resultado do Exercício.

33 - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde "RENOVADO" pela Portaria nº 2.243 de 22 de novembro de 2016, com validade pelo período de 29 de Abril de 2016 à 28 de Abril de 2019 por ter cumprido quesitos da Lei nº 12.101/09, Decreto nº 8.242/14 e Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011.

35. Cobertura de Seguros

São mantidos seguros para cobertura dos imóveis das atividades Hospitalares, imóveis de propriedade para investimentos, de bens do ativo imobilizado e da Administração. A cobertura é contratada por montante considerado adequado pela administração para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de consultores especializados. A entidade não mantém seguro para cobertura de possíveis contingências decorrentes de responsabilidade civil.

34 - Eventos Subseqüentes

A consolidação do PROSUS pela Receita Federal ocorreu em 01 de abril de 2018 conforme levantamento feito. Essa consolidação poderá impactar de forma relevante a posição patrimonial da Santa Casa.

AMAURI ELIAS CALIL
Provedor
CPF 549.365.608-63
JOSÉ FERNANDO BERALDI
Tesoureiro
CPF 050.494.418-54
DÉBORA MÁRCIA LOPES DE ARAÚJO COSTA
CRCTC 1SP235155/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Sociedade Beneficente e Hospitalar **"Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto"**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e com a colaboração dos Auditores Externos, TEOREMA - Contabilidade SS Ltda. CRC 2SP018705/O-6, CVM Nº 12.343, examinaram o Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de 2017, em conjunto com as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e demais anexos.

À vista das verificações realizadas nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados, bem como baseados no parecer dos Auditores Independentes, são de parecer que o referido Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira dessa entidade.

Ribeirão Preto, 03 de maio de 2018
GERALDO LUIZ DE CARVALHO MARTINS
CPF 031.838.178-88
CLÁUDIO PINHEIRO DA ROCHA
CPF 980.714.678-04
SEBASTIÃO ROBERTO SOUZA COIMBRA
CPF 207.653.208-00

UE 02.09.10

A **FRANCISCO DE ASSIS FRACAROLI**, torna público que **recebeu** junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, através do Processo nº 02.2018.005868-8, a **Renovação de Licença de Operação nº 049/2018**, para a atividade de Serviços de Usinagem, Tornearia e Solda, na Rua Bahia, 2.347, Ipiranga, CEP: 14.060-480, município de Ribeirão Preto - SP.

CASA DE EMMANUEL "BENÇÃO DE PAZ"
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria Executiva da Casa de Emmanuel "Benção de Paz", convoca, com amparo no Artigo 18º, Inciso V, Artigo 19º, Inciso I, item "B", dos Estatutos Sociais vigentes da Associação, todos os associados, quites com as suas obrigações, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 31/05/2018, às 19:30 horas em primeira convocação.

ORDEM DO DIA:

1) Apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva e contas respectivas.

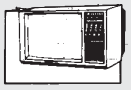
LOCAL DA ASSEMBLEIA:

Rua Clemente Santilli, 356, Jardim Marchesi, Ribeirão Preto/SP.

De acordo com o Artigo 23º dos Estatutos, caso não se instale a Assembleia em primeira convocação, a mesma será aberta em segunda, meia hora depois, com qualquer número de associados presentes.

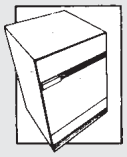
Ribeirão Preto, 22 de maio de 2018
RENATO CARTOLANO - Presidente
VLADIMIR MONUTTI - Secretário

Dicas de Economia de ENERGIA ELÉTRICA



Eletrodomésticos

- Desligue sua televisão, ventilador, rádio ou qualquer eletrodoméstico que não esteja sendo usado.
- Não use eletrodomésticos com defeito.
- Um televisor a cores ligado 3 horas por dia consome 7,2 KWh por mês.



Geladeira

- Não fique abrindo a porta muitas vezes nem a deixe aberta por muito tempo.
- Verifique se a borracha de vedação não está gasta (faça o teste da folha de papel).
- O consumo médio mensal de uma geladeira de 320 litros é de 50 KWh.

Ferro Elétrico

- Acumule uma boa quantidade de roupa para passar tudo de uma só vez.
- Uma hora de uso diário de um ferro elétrico equivale a um consumo mensal de 15 KWh.